



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO | PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

1º semestre de 2018

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL





RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

1º semestre de 2018

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

DEZEMBRO DE 2018

SUMÁRIO EXECUTIVO

No primeiro semestre de 2018, entrou em vigor o programa de ajustamento do município (PAM) do Nordeste, o qual é o décimo em execução. No conjunto, entre empréstimos concedidos e garantias autónomas prestadas, a assistência financeira aprovada atingiu o montante de 445,8 milhões de euros no final do período.

Estas intervenções estiveram na origem da recuperação financeira que se tem vindo a verificar nos municípios que se encontram com programas de ajustamento a decorrer, conforme tem sido possível demonstrar através dos relatórios de monitorização trimestral desses programas e da situação financeira de cada um dos municípios.

Os municípios intervencionados reduziram, em média, cerca de 31% do respetivo rácio de dívida total, desde a detecção da situação de rutura até à prestação de contas do exercício de 2017, por via das medidas de reequilíbrio orçamental adotadas neste período e incluídas nos programas de ajustamento, bem como da concretização dos planos de reestruturação de dívida previsto na lei de recuperação financeira municipal que institui o FAM.

Do conjunto de Programas iniciados e desenvolvidos desde o início da actividade do FAM, a grande maioria já se encontra em execução, tendo alguns iniciado a sua execução no segundo semestre de 2017 e os restantes nos primeiros meses de 2018.

1. **Programas de Ajustamento Municipal em execução (até ao final do primeiro semestre de 2018)**
 - 1.1. Encontram-se aprovados onze Programas de Ajustamento Municipal, dos quais dez se encontram em plena execução.
 - 1.2. A assistência financeira prestada pelo FAM atingiu o montante de cerca de 378 milhões de euros, entre empréstimos desembolsados (354M€) e garantias autónomas concedidas (24M€).
 - 1.3. O conjunto de programas aprovados representa um montante superior a 445M€.
 - 1.4. Os Municípios da Nazaré e do Fundão apresentaram propostas de PAM, em avaliação no período em análise, cujo valor em conjunto representa cerca de 100 M€.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência do relatório anterior, referente ao segundo semestre de 2017, pretende-se apresentar no presente relatório um ponto de situação sobre os programas de ajustamento municipal submetidos ao FAM pelos municípios, quer em situação de obrigatoriedade quer em situação de adesão facultativa ao mecanismo de recuperação financeira.

Este documento contempla, no segundo capítulo, uma análise prévia da evolução da dívida municipal nos últimos cinco anos, com particular destaque para a redução obtida pelos municípios com programas de ajustamento municipal em execução.

No terceiro capítulo deste relatório analisa-se a execução de cada um dos PAM que se encontram em vigor e a situação dos restantes processos de recuperação que não deram ainda origem a programas de ajustamento.

O capítulo seguinte aborda a execução financeira dos diversos programas, do ponto de vista da assistência prestada pelo FAM, seja por via dos empréstimos concedidos seja por via das garantias autónomas prestadas.

Em anexo, apresenta-se a execução financeira dos programas de ajustamento municipal em vigor, através de análise gráfica e quantitativa dos principais indicadores financeiros e orçamentais.

Através do presente relatório pretende-se assim apresentar a evolução financeira muito positiva que os municípios que se encontram a receber assistência financeira por parte do FAM têm vindo a realizar, assim como as perspectivas de apoio a ser concedido no futuro, apesar da redução de cerca de 36% definida para o capital social do Fundo, fator que contribuiu para reduzir a sua rendibilidade por via do condicionalismo de recurso ao crédito para consumar novos programas de ajustamento municipal.



1.5. Uma parte significativa da assistência financeira prestada pelo FAM, cerca de 71,7M€, corresponde à substituição de dívida anteriormente concedida diretamente pelo Estado aos municípios, através da DGTF, relativa a anteriores linhas de recuperação financeira municipal (PREDE, PAEL e ATU) amortizadas pelos municípios através da assistência financeira concedida pelo FAM.

2. Assistência Financeira prevista para 2018

2.1. Os desembolsos de assistência financeira, a conceder pelo FAM aos municípios, deverão atingir cerca de 511,7 milhões de euros, até ao final de 2018.

3. Financiamento do FAM

3.1. Em 2018, o FAM estima utilizar cerca de 40 M€, ao abrigo da linha de crédito de 250 milhões de euros concedida pela DGTF, nos termos previstos no artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, com as alterações da Lei nº 69/2015, de 16 de julho, pelo que o valor total deste financiamento não deverá ultrapassar os 150 M€.

3.2. O prazo de utilização da linha de crédito foi prorrogado até 31 de dezembro de 2018.

3.3. O contrato desta linha de crédito obteve visto prévio do Tribunal de Contas na data de 3 de abril de 2016.

4. Perspetivas futuras

4.1. O principal objectivo, nos próximos semestres, será o de continuar a assegurar a monitorização do cumprimento dos Programas e detectar antecipadamente eventuais desvios, em conformidade com a estrutura de monitorização definida e implementada pela Direção Executiva.

4.2. Adicionalmente, estão a ser desenvolvidos os procedimentos necessários à operacionalização da linha de crédito para apoio à reconstrução de habitações não permanentes nos municípios afectados pelos incêndios de 2017, criada pelo Orçamento do Estado para 2018 e operacionalizada pela Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho, cujo financiamento, até ao montante de 10 milhões de euros, será concedido pelo FAM.

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA	1
II. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL.....	2
III. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM	4
IV. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM.....	144
V. MONITORIZAÇÃO	17
VII. CONCLUSÕES.....	18

Índice de Quadros

Quadro 1: Evolução da dívida total municipal	2
Quadro 2: Evolução da dívida total dos municípios aderentes ao FAM.....	3
Quadro 3: Ponto de situação dos PAM a 30 de junho de 2018	5
Quadro 4: Execução financeira dos PAM.....	14
Quadro 5: Execução Financeira das Garantias Autónomas.....	16

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da dívida total municipal.....	3
Gráfico 2: Execução financeira dos PAM (30/06/2018).....	15
Gráfico 3: Desembolsos efectuados até 30/06/2018.....	16



II. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

A dívida total dos municípios portugueses tem vindo a reduzir-se de forma acentuada nos últimos anos. Do final de 2013 para o final de 2017 assistiu-se a uma diminuição da dívida municipal em cerca de 3 mil milhões de euros, passando de 7,9 mil milhões para aproximadamente 4,9 mil milhões.

Esta redução fez-se sentir igualmente no número de municípios que se encontravam em situações de endividamento (dívida superior a 1,5 vezes a médias das receitas líquidas dos três últimos exercícios). O número de municípios em rutura financeira (rácio da dívida total acima de 3) que se encontravam situação de recurso obrigatório ao FAM reduziu-se de 29, à data da publicação da Lei do FAM¹, para 5 após a validação das prestações de contas de 2017.

Esta redução da dívida municipal resulta de um conjunto de factores relacionados com a melhoria dos procedimentos de gestão, nomeadamente os associados à assunção de compromissos e à realização de despesa e uma crescente consciencialização dos eleitos para a questões relacionadas com a situação financeira das respectivas autarquias.

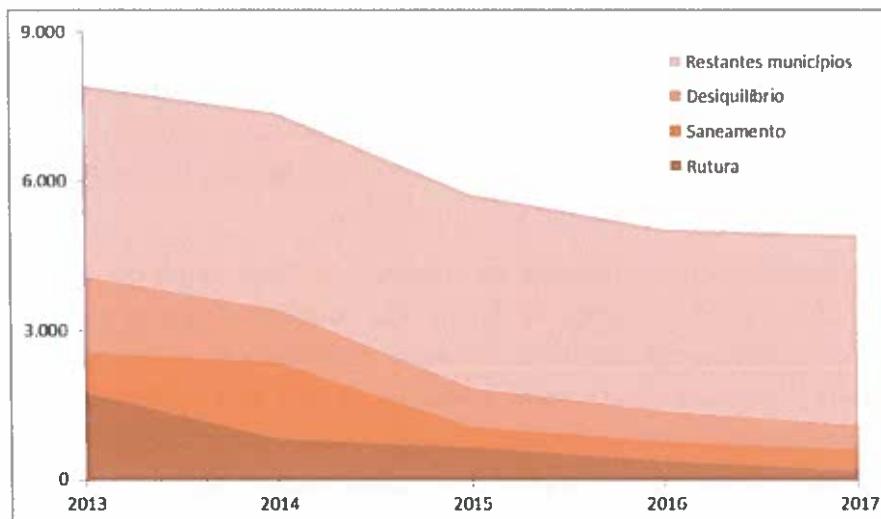
QUADRO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL (EM MILHARES DE MILHÕES DE EUROS)

Situações relativamente a limites de dívida	2013		2014		2015		2016		2017	
	N.º de municípios	Dívida total relevante								
Rutura financeira (> 3x)	29	1.766	16	844	12	675	7	400	5	197
Saneamento Financeiro (2,25 - 3,0)	23	802	14	1.537	10	414	10	387	7	431
Endividados (1,50 - 2,25)	49	1.523	35	1.058	24	769	14	605	15	479
Restantes municípios	207	3.830	243	3.936	262	3.886	277	3.647	281	3.812
TOTAL	308	7.921	308	7.375	308	5.744	308	5.039	308	4.919

Nota: O Orçamento do Estado para 2018 previu o alargamento da possibilidade de acesso ao Saneamento Financeiro, inclusivamente através do FAM, aos municípios cujo rácio da dívida total se situe entre 2,0 e 2,25.

¹ Lei nº 53/2014, de 23 de agosto

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL (EM MILHARES DE MILHÕES DE EUROS)



A tendência verificada na generalidade dos municípios portugueses foi acentuada naqueles que se encontram com programas de ajustamento a decorrer, por via da aplicação de medidas de reequilíbrio orçamental mais exigentes e da possibilidade de renegociação com os credores a crescer aos fatores referidos anteriormente.

Em média estes municípios viram a sua dívida total reduzida em cerca de 31%, verificando-se por exemplo, que a média da dívida total destes municípios representava 4,63 vezes a receita corrente líquida em 2013, tendo passado para 3,14 no final de 2017.

QUADRO 2: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL NOS MUNICÍPIOS ADERENTES AO FAM

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2013/2017
Alandroal	353,3%	360,20%	303,34%	248,36%	227,00%	208,70%	-35,8%
Alfândega da Fé	369,4%	375,0%	321,4%	273,1%	255,5%	230,2%	-30,8%
Aveiro	356,3%	341,8%	303,0%	248,8%	255,5%	220,0%	-28,3%
Cartaxo	486,0%	468,2%	478,2%	439,3%	396,1%	408,2%	-18,5%
Fornos de Algodres	789,4%	756,0%	665,9%	563,8%	521,6%	526,3%	-33,9%
Paços de Ferreira	555,5%	325,8%	284,0%	257,0%	241,9%	209,6%	-56,5%
Portimão	421,7%	494,4%	435,9%	332,9%	298,2%	259,1%	-29,3%
Vila Nova de Poiares	428,1%	413,3%	340,1%	274,5%	250,5%	231,1%	-41,5%
Vila Real de Santo António	409,1%	432,8%	432,0%	394,9%	380,2%	376,5%	-7,1%
Média	463,2%	440,8%	396,0%	337,0%	314,1%	296,6%	-31,3%

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL NOS MUNICÍPIOS ADERENTES AO FAM

Este desempenho dos municípios com PAM em execução é demonstrativo do ajustamento que tem sido realizado por via dos processos de recuperação financeira desenvolvido ao abrigo do FAM, permitindo uma redução sustentável da dívida total destas autarquias, algumas das quais incluem a própria amortização de dívidas incorporadas nas suas contas, provenientes das empresas municipais em liquidação.

III. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM

Neste capítulo pretende-se apresentar o ponto de situação dos programas de ajustamento municipais submetidos à apreciação do FAM, até ao final do primeiro semestre de 2018, elencando o estado de cada processo àquela data, assim como os montantes de assistência financeira aprovados, os valores desembolsados e a perspectiva quanto aos próximos semestres.

Desde 2015, solicitaram a adesão ao FAM 18² municípios, dos quais 16 procederam à formalização dos respectivos processos, nomeadamente através da entrega dos programas de ajustamento municipal. Do conjunto de 11 programas aprovados, resulta um volume de financiamento total a conceder pelo FAM de cerca de 445,8 milhões de euros.

Considerando as propostas de PAM que se encontram em avaliação, estima-se que o montante global deste mecanismo de recuperação financeira municipal atinja os 550 milhões de euros.

² Os municípios de Portalegre, Santarém, Mourão e Tabuaço viram os seus rácios de dívida total diminuir, pelo que deixaram de ser considerados para efeitos de recuperação financeira municipal.

QUADRO 3: PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM A 30 DE JUNHO DE 2018 (EM EUROS)

Município	Situação Atual	Montante (em euros)			Assistência Financeira		
		Solicitado	Aprovado	Garantias	Desembolsos e Fornecedores	Garantias prestadas	Próximos Desembolsos
Alandroal	Vitado em 13/09/2016	16.579.376,00	16.579.376,00		14.310.000,00		750.000,00
Alfândega da Fé	Vitado em 21/03/2016	1.502.818,86	1.502.818,86		1.382.818,86		0,00
Aveiro	Vitado em 27/01/2017	82.451.718,71	82.511.148,28		78.161.187,57		7.349.561,00
Cartaxo	Vitado em 02/03/2017	54.075.181,92	52.015.454,77		50.026.674,09		0,00
Fornos de Algodres	Vitado em 17/03/2017	32.620.056,73	32.820.056,73		27.623.172,70		0,00
Fundão	PAM em análise no FAM	76.000.000,00					
Nazaré	PAM em análise no FAM	35.596.545,94					
Nordeste	Vitado em 08/06/2018	11.347.957,40	11.235.314,78		10.066.791,07		527.124,53
Paços de Ferreira	Vitado em 01/06/2017	36.871.677,56	35.945.140,11		29.422.914,99		2.850.000,00
Portimão	Vitado em 03/10/2016	142.320.995,09	142.320.995,09		118.149.836,83		0,00
Vila Franca do Campo	No TdC Açores	3.967.175,69	3.967.175,69				
Vila Nova de Poiares	Vitado em 10/07/2016	14.113.947,53	14.113.947,53		13.874.750,00		239.197,53
Vila Real de Santo António	Vitado em 12/10/2016	19.619.907,20	19.619.907,20	28.150.000,00	11.096.081,48	23.109.318,37	2.521.693,40
Valor total		530.217.461,25	417.672.035,95	28.150.000,00	354.731.847,59	23.684.534,97	11.710.851,91
				445.822.615,95	378.410.352,56		

Fonte: Propostas de adesão ao FAM.

1. PAM Aprovados

No final do primeiro semestre de 2018, encontravam-se em execução os programas dos municípios do Alandroal, Alfândega da Fé, Aveiro, Cartaxo, Fornos de Algodres, Nordeste, Paços de Ferreira, Portimão, Vila Nova de Poiares e Vila Real de Santo António, enquanto o programa do município de Vila Franca do Campo, aprovado pelos órgãos do FAM e pelos do Município, se encontra a aguardar o visto prévio junto da seção do Tribunal de Contas dos Açores.

O montante total dos PAM aprovados corresponde a uma assistência financeira por parte do FAM, de aproximadamente 445,8 milhões de euros, dos quais cerca de 417,6 milhões relativos a empréstimos e 28,2 milhões a garantias autónomas concedidas.

Nos pontos seguintes apresenta-se um breve resumo de cada um dos programas aprovados, os quais podem ser consultados na íntegra, no sítio eletrónico do FAM em www.fundodeapoiomunicipal.pt/municípios.

1.1. Em Execução

No final do primeiro semestre de 2018, encontram-se em execução 10 PAM, dos quais apenas o do Município do Nordeste entrou em vigor nos primeiros seis meses de 2018, estando os restantes em execução desde 2016 ou 2017.

M&S
J.

Os empréstimos de assistência financeira são disponibilizados pelo FAM através de desembolsos trimestrais, ocorrendo o primeiro 15 dias após o visto prévio do Tribunal de Contas e os restantes, na sequência da aprovação dos relatórios de monitorização elaborados pelo FAM (ver cap. V).

Nas próximas subsecções apresenta-se um resumo da execução dos programas que se encontram em vigor.

1.1.1. Município de Alfândega da Fé

O PAM do Município de Alfândega da Fé entrou em vigor em março de 2016 e tem um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €1.502.818,86, com o objectivo de amortizar as dívidas de natureza financeira. A taxa de juro do empréstimo de assistência financeira foi revista para 1,75%³, tendo sido aprovada tanto pelos órgãos do FAM como pelos do município, estando, no final do primeiro semestre a aguardar o visto prévio do Tribunal de Contas à alteração do Contrato de Assistência Financeira.

Através deste programa foi desenvolvida uma estratégia de recuperação financeira que visou sobretudo, reestruturar a dívida de natureza financeira, seja através da assunção, por parte do FAM, do empréstimo PAEL detido pelo Município junto da DGTF, seja através da negociação com os credores do sector bancário, ao abrigo do PRD, dos empréstimos contraídos anteriormente, cujas taxas de juro eram bastante onerosas para o orçamento municipal. Com estas medidas o Município irá reduzir substancialmente os seus encargos anuais com a dívida de médio e longo prazo, o que lhe permitirá encetar uma trajectória de redução sustentada da dívida à medida que ganha uma maior capacidade para fazer face aos serviços essenciais que deve prestar à população.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, realizado em 2016, no montante de €1.382.818,86, corresponde ao capital efectivamente em dívida dos empréstimos a amortizar, não sendo previsível que venham a ser necessários novos desembolsos face à redução acentuada da dívida que o município tem vindo a desenvolver.

³ O PAM do Município de Alfândega da Fé foi o primeiro a ser aprovado, tendo na altura sido considerada uma taxa de juro equivalente à taxa da dívida da República para o mesmo período, acrescida de um spread de 0,15%.

Até ao final do primeiro semestre de 2018, o Município de Alfândega da Fé efetuou amortizações extraordinárias em €400.000,00.

1.1.2. Município de Vila Nova de Poiares

O PAM do Município de Vila Nova de Poiares encontra-se em execução desde julho de 2016 e tem um prazo de implementação de 25 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €14.113.947,55, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza financeira e não financeira.

O Município havia recorrido em 2014 ao Apoio Transitório de Urgência (ATU) por não possuir capacidade financeira para honrar os seus compromissos de curto prazo. Face a este cenário, o PAM desenvolvido, visou fazer face ao pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, assim como criar condições para que o Município pudesse assumir a realização das suas competências básicas no curto prazo.

O programa desenvolvido incorporou uma forte componente de reestruturação da dívida financeira, assumindo através da assistência financeira do FAM a amortização de empréstimos junto do sector bancário e do próprio Estado, cujos encargos com a dívida eram demasiado onerosos para a capacidade financeira do Município.

Após o primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira realizado em 2016, foram efectuados novos desembolsos na sequência da entrega e aprovação dos relatórios de monitorização trimestral, sendo o **montante dos desembolsos totais efectuados, até ao final do primeiro semestre de 2018, de €13.874.750,00**.

1.1.3. Município de Portimão

O PAM do Município de Portimão entrou em vigor em outubro de 2016, com um prazo de 27 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €142.520.995,69, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza financeira. Este Programa obteve o Visto do Tribunal de Contas, em 3 de outubro de 2016.



O programa de ajustamento desenvolvido visou em primeiro lugar permitir o pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, nomeadamente as contraídas pela empresa municipal Portimão Urbis, atualmente em liquidação e com particular incidência no elevado conjunto e volume financeiro de dívidas provenientes de contratos de factoring. As medidas desenvolvidas e o prazo estabelecido para o programa, visam sobretudo acomodar o elevado volume de dívida num cronograma de pagamentos sustentável para o Município, cuja capacidade de gerar receitas e de assegurar a prestação de serviços à população (incluindo a sazonal) é bastante superior à média.

Até ao final do primeiro semestre de 2018, a assistência financeira transferida pelo FAM para o Município de Portimão cifrou-se em €118.149.856,83, tendo sido dado por concluída fase de desembolsos do empréstimo, exceptuando os montantes destinados ao pagamento dos passivos contingentes, pelo que a assistência financeira a prestar ao Município foi reduzida em cerca de 20 milhões de euros face ao previsto inicialmente. O Município realizou no início de 2018 uma amortização excepcional de €2.218.967,43.

1.1.4. Município de Alandroal

O PAM do Município de Alandroal entrou em vigor em setembro de 2016, com um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €16.579.276, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza financeira.

Através do PAM aprovado foi possível desenvolver uma estratégia de reestruturação da dívida de natureza financeira e de negociação com os credores da dívida de natureza comercial, que irá permitir ao Município encetar um recuperação financeira sustentável e consentânea com os reduzidos recursos que tem capacidade para gerar anualmente.

Até ao final do primeiro semestre de 2018, foram efectuados desembolsos no montante de €14.330.000,00.

1.1.5. Município de Vila Real de Santo António

O PAM do Município de Vila Real de Santo António entrou em vigor em setembro de 2016, com um prazo de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte

do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €19.619.907,20 através de empréstimo e de €28.150.000 através de garantias autónomas prestadas pelo FAM, como contrapartida da reestruturação da dívida financeira com o objectivo de amortizar os empréstimos cujos encargos eram mais onerosos para as contas do Município.

O PAM desenvolvido visa assim criar condições para o Município fazer face às dívidas acumuladas em anos anteriores e definir medidas de reequilíbrio orçamental que permitam criar novas fontes de receita e reduzir as despesas correntes, criando condições para aumentar os saldos orçamentais gerados anualmente, promovendo uma redução sustentável da dívida e evitando a sua acumulação em anos futuros.

Até ao final do primeiro semestre de 2018, foram efectuados desembolsos do empréstimo de assistência financeira, no montante de €11.694.081,48, para que o Município liquidasse as respectivas dívidas financeiras e comerciais, bem como os passivos financeiros transitados em julgado. Foram igualmente concedidas pelo FAM garantias autónomas que, face às amortizações dos empréstimos garantidos entretanto realizadas pelo município representam, no final deste período, €23.628.534,97.

1.1.6. Município de Aveiro

O PAM do Município de Aveiro entrou em vigor em janeiro de 2018, com um prazo de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €85.511.148,57, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza financeira (incluindo o ATU no montante de 10,5 M€) e não financeira, tanto do Município como das empresas participadas que se encontram em liquidação.

Este programa tem como objetivo principal permitir ao Município o pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, uma vez que possui a capacidade de gerar receitas próprias em volume suficiente para não voltar a acumular dívida. Entre essas medidas salienta-se o aumento gradual do IMI, previsto para os dois primeiros anos, que representa um acréscimo significativo da receita cobrada o que, em conjunto com a redução dos encargos com a dívida previstos no PAM, irão permitir ao Município gerar saldos suficientes para voltar a assegurar os serviços essenciais à população sem necessidade de gerar novos défices.

MXX
z.

Até ao final do primeiro semestre de 2018 a assistência financeira prestada pelo FAM ao Município de Aveiro atingiu o montante de €78.161.187,57.

1.1.7. Município do Cartaxo

O PAM do Município do Cartaxo entrou em execução em março de 2018 e tem um prazo de implementação de 30 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €52.035.854,77, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza financeira (incluindo o ATU no valor de 4,8M€) e não financeira.

A recuperação financeira do Município assenta num conjunto de medidas que visam a reestruturação dos empréstimos de médio e longo prazo com maior serviço de dívida, das dívidas de natureza comercial provenientes de anos anteriores e das dívidas contraídas pela empresa municipal RUMO 2020 em liquidação.

Face à reduzida capacidade do Município para gerar novas receitas, o PAM aprovado visa criar condições para a implementação de medidas estruturantes de otimização da receita e de contenção das despesas, que em conjunto com a redução dos encargos anuais com o serviço da dívida que lhe permitirão gerar saldos orçamentais positivos durante a vigência do programa.

O Município do Cartaxo beneficiou, até 30 de junho de 2018, de uma assistência financeira no montante de €50.026.674,09.

1.1.8. Município de Fornos de Algodres

O PAM do Município de Fornos de Algodres entrou em vigor em março de 2018, com um prazo de implementação de 35 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €32.620.056,73, com o objectivo de amortizar as respectivas dívidas de natureza exclusivamente financeira.

Este PAM tem como objectivo reestruturar a dívida de natureza financeira resultante do empréstimo de reequilíbrio financeiro contraído pelo Município em 2010, cujo serviço da dívida é incomportável para o Município. Em resultado do referido empréstimo, o Município continua a manter o maior rácio da dívida total,

representando mais de sete vezes a sua média das receitas líquidas, dos últimos três anos.

Ainda assim, o Município não tem vindo a acumular novas dívidas de curto prazo, não registando inclusivamente quaisquer pagamentos em atraso a fornecedores. Como tal, face à incapacidade do Município em gerar receitas adicionais, o PAM contempla exclusivamente a reestruturação da dívida financeira, através da concessão de um prazo mais alargado para a sua liquidação, condição essencial para assegurar uma gestão adequada da sua tesouraria.

Os desembolsos do empréstimo de assistência financeira atingiram o montante de €27.623.172,70, o que permitiu ao Município amortizar na totalidade o empréstimo de saneamento financeiro que o Município detinha desde 2010 e cujos encargos anuais eram incompatíveis com a sua capacidade financeira, assim como regularizar.

Tendo em conta a aprovação pela Assembleia Municipal de duas alterações ao contrato prevendo, nomeadamente, a amortização do empréstimo sem período de carência inicial e pagamentos mensais de capital e juros, o Município procedeu à amortização de €315.112,74 até ao final do primeiro semestre de 2018.

1.1.9. Município de Paços de Ferreira

O PAM do Município de Paços de Ferreira entrou em vigor em 1 de junho de 2018, com um prazo de implementação de 30 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €35.945.140,11, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e comercial.

O Município de Paços de Ferreira beneficiou, até 30 de junho de 2018, de uma assistência financeira no montante de €29.422.914,99.

1.1.10. Município de Nordeste

O PAM do Município de Nordeste entrou em vigor junho de 2018, com um prazo de 15 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €11.255.514,78, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e as dívidas das empresas municipais em liquidação.



O Município do Nordeste beneficiou, até 30 de junho de 2018, de uma assistência financeira no montante de €10.066.391,07.

1.2. A aguardar visto do TC, em 30/06/2018

O município de Vila Franca do Campo tem o seu programa aprovado, pelos órgãos do FAM e do próprio município, embora o processo se encontre ainda, à data de 30 de junho de 2018, em avaliação por parte do Tribunal de Contas (Açores).

1.2.1. Município de Vila Franca do Campo⁴

O PAM do Município de Vila Franca do Campo foi aprovado pela Direção Executiva, em 14 de dezembro de 2016, com um prazo de 15 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €5.967.375,69, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e não financeira das empresas municipais em liquidação.

1.3. Em avaliação, à data de 30/06/2018

1.3.1. Município da Nazaré

O programa apresentado pelo Município da Nazaré encontra-se em fase de avaliação, tornando-se necessária a reformulação de alguns dados e a prestação de informação adicional, relativamente às questões colocadas pela Direção Executiva do FAM.

O total da assistência financeira solicitado por este município é de cerca de 35,2 Milhões de euros.

1.3.2. Município do Fundão

⁴ O Município de Vila Franca do Campo, apresentou em 2015 uma primeira proposta de PAM, pelo prazo de 20 anos, que previa a assistência financeira do FAM no montante de €1.500.000, para fazer face às dívidas de natureza não financeira das empresas municipais em liquidação, cujo visto prévio viria a ser recusado pelo Tribunal de Contas, em abril de 2016.



O programa apresentado pelo Município do Fundão encontra-se em fase de avaliação, tornando-se necessária a reformulação de alguns dados e a prestação de informação adicional, relativamente às questões colocadas pela Direção Executiva do FAM.

O total da assistência financeira solicitado por este município é de cerca de **66 Milhões de euros**.

IV. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM

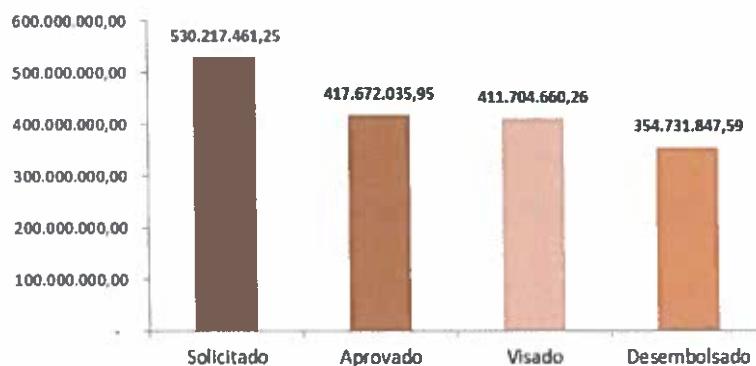
Até ao final do primeiro semestre de 2018, o FAM prestou assistência financeira aos municípios com programas em vigor, no montante de €354,7M€ repartidos pelos dez programas de ajustamento em vigor, através do desembolso das prestações dos respectivos empréstimos.

QUADRO 4: EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

Mutuário	Montante contratual	Data do contrato	Utilizações		Vencimentos		Capital vincendo
			Montante	Capital	Juros		
Município de Alfândega da Fé	1.502.818,86	19-10-2015	1.382.818,86	0,00	17.338,85	982.818,86	
Município de V. N. de Polares	14.113.947,55	30-06-2016	13.874.750,00	0,00	120.756,91	13.874.750,00	
Município do Alandroal	16.579.276,00	23-08-2016	14.330.000,00	0,00	126.084,12	14.330.000,00	
Município de Portimão	142.520.995,69	20-09-2016	118.149.856,83	2.218.967,43	1.037.312,39	115.930.889,40	
Município de Vila Real de Santo António	19.619.907,20	11-05-2016	11.694.081,48	0,00	102.679,55	11.694.081,48	
Município de Aveiro	85.511.148,57	23-01-2017	78.161.187,57	0,00	594.841,13	78.161.187,57	
Município do Cartaxo	52.035.854,77	24-02-2017	50.026.674,09	0,00	456.623,02	50.026.674,09	
Município de Fornos de Algodres	32.620.056,73	14-12-2016	27.623.172,70	315.112,74	243.638,65	26.888.491,58	
Município de Paços de Ferreira	35.945.140,11	26-04-2017	29.422.914,99	0,00	222.006,62	29.422.914,99	
Município do Nordeste	11.255.514,78	11-07-2017	10.066.391,07	0,00	0,00	10.066.391,07	
TOTAL	411.704.660,26		354.731.847,59	2.534.080,17	2.921.281,24	351.378.199,04	

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 3: EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM (30/06/2018)



Fonte: Elaboração própria

Acresce a estes montantes a prestação de garantias autónomas, no valor de 23,6M€, ao Município de Vila Real de Santo António.

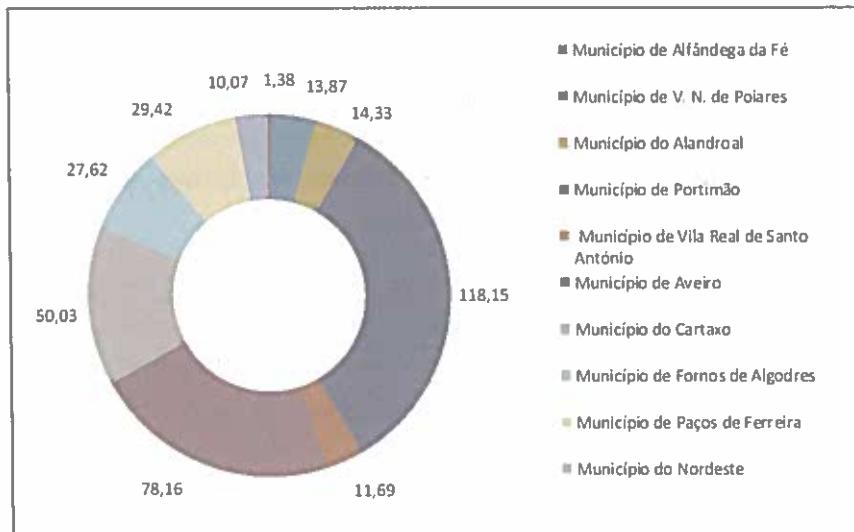
1. Empréstimos de Assistência Financeira

Até ao final do primeiro semestre de 2018, o montante de desembolsos efetuados pelo FAM atingiu o montante de € 354.731.847,59 (Cfr. Gráfico 3).

Os montantes atribuídos pelo FAM, correspondentes ao primeiro desembolso de cada um dos empréstimos, serviram para os municípios liquidarem as dívidas com os credores que acederam negociar a redução da dívida e a amortizar as dívidas de natureza financeira geradoras de maiores encargos.

Os desembolsos previstos nos empréstimos de assistência financeira são definidos tendo em consideração a situação específica de cada município, nomeadamente no que se refere à composição da dívida a pagar, às prioridades estabelecidas em sede de negociação com os credores, à capacidade para fazer ao serviço da dívida (amortizações constantes ou amortizações progressivas), ao prazo e à carência de capital previstos em cada programa.

GRÁFICO 4: DESEMBOLSOS EFETUADOS ATÉ 30/06/2018 (M€)



Fonte: Elaboração própria

2. Concessão de garantias autónomas

Foram concedidas ao Município de Vila Real de Santo António, garantias autónomas no montante de €28.150.000,00 para fazer face à reestruturação da dívida de natureza financeira junto das entidades bancárias, onde o município possuía empréstimos com taxas bastante elevadas (6 a 8%), tendo sido reduzidas para uma taxa média de 2,5%.

QUADRO 5: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS GARANTIAS AUTÔNOMAS

Beneficiário	Natureza	Montante inicial	Movimentos 30/06/2017		Obs.
Município de Vila Real de Santo António	Garantias Bancárias	23.628.534,97	Comissão Total Anual	35 442,80	A comissão de garantia cobrada em 2018 corresponde a 0,15% do montante inicial

Fonte: Elaboração própria

Com esta operação, o município assegura uma poupança anual de 460.000,00€ nos juros pagos relativamente a estes empréstimos bancários, pelo

L.

que a poupança total atingirá os 9,2 M€, durante os 20 anos de vigência do empréstimo de assistência financeira do FAM.

3. Desembolsos previstos para 2018

O volume de desembolsos previstos para o ano de 2018 decorre, em grande medida, da execução dos programas em vigor, dos pendentes da concessão de visto pelo Tribunal de Contas e daqueles que se encontram em aprovação e/ou processo de avaliação pela Direção Executiva do FAM.

As estimativas efetuadas pela Direção Executiva do FAM, para o ano de 2018, apontam para a concessão de empréstimos na ordem dos 115M€, devendo este valor acrescer à assistência financeira concedida aos municípios nos anos anteriores, pelo que o financiamento efetivamente concedido, nestes dois primeiros anos, será de cerca de 511,7M€.

O capital social do FAM realizado até ao final do primeiro semestre de 2018 é de 312M€, estimando-se que no final de 2018, com a realização das prestações de junho e de dezembro, este venha a atingir o montante de 348M€.

De referir que o OE2018 define a redução do capital social do FAM dos 650M€ previstos inicialmente na Lei n.º 53/2014, de 25 agosto, para cerca de 418M€. Ora, com a entrada em vigor dos PAM que se encontram em aprovação, o FAM terá que recorrer à linha de crédito, contratualizada com a DGTF, até ao montante de cerca de 150M€.

V. MONITORIZAÇÃO

No decurso do primeiro semestre de 2018 foram produzidos 9 relatórios de monitorização dos PAM, relativos aos municípios de Alandroal, Aveiro, Portimão e Vila Nova de Poiares.

Através destes relatórios é avaliado o cumprimento das medidas definidas no Programa, nomeadamente ao nível da otimização das receitas, da redução das despesas e do cumprimento dos saldos estabelecidos.

O processo de monitorização estabelecido pela Direção Executiva abrange ainda a avaliação do cumprimento do plano de pagamentos estabelecido ao abrigo do Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e dos níveis de endividamento. O



cumprimento generalizado dos objectivos previstos determina a libertação dos desembolsos trimestrais dos empréstimos de assistência financeira.

A análise efetuada tem permitido concluir pelo cumprimento sistemático por parte dos municípios das medidas definidas nos contratos assinados entre as partes, fator que se reflete na diminuição dos rácios de dívida total que têm vindo igualmente a evidenciar.

VI. CONCLUSÕES

Até ao final do primeiro semestre de 2018 os PAM aprovados representam uma assistência financeira de cerca de 445,8 milhões de euros, dos quais foi já transferido pelo FAM para os respetivos municípios, um total de 354,7 milhões de euros acrescidos da prestação de garantias autónomas valorizadas em cerca de 23,6 milhões de euros.

Até ao final de 2018, estima-se que os desembolsos dos empréstimos em vigor e daqueles cuja aprovação deverá ocorrer até ao final do segundo semestre, ascenda, em termos acumulados, a 511,7 milhões de euros.

Assim, para além da concretização das aprovações dos PAM que ainda estavam por aprovar, a atividade do FAM neste período centrou-se igualmente na monitorização dos PAM que se encontram em vigor, através da análise ao cumprimento execução orçamental face às metas previstas no PAM, bem como ao cumprimento das medidas de reequilíbrio definidas e ao cumprimento das responsabilidades assumidas com os credores, representando esta uma tarefa essencial dentro das competências do FAM, com o objetivo de assegurar que o cumprimento das medidas contratualizadas venham a surtir os efeitos previstos, por forma a permitir que os municípios consigam, de forma efetiva, atingir uma trajetória de redução sustentada da dívida que lhes permita atingir, o mais rapidamente possível, uma situação de equilíbrio financeiro no respeito pela autonomia e pelas características específicas de cada município.

A Direção Executiva do FAM tem vindo assim a concentrar uma parte significativa dos seus esforços na monitorização e acompanhamento rigorosos dos programas

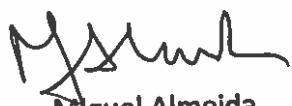
de ajustamento e na divulgação da informação produzida, nomeadamente, através da publicitação dos relatórios produzidos, de forma acessível e compreensível a todos os cidadãos.

No final do primeiro semestre de 2018 é já possível fazer um balanço bastante positivo sobre os impactos dos programas de ajustamento e da assistência financeira prestada pelo FAM, junto dos municípios aderentes, na medida em que se verifica uma descida acentuada dos rácios de dívida total dos municípios aderentes aos processos de recuperação financeira municipal.

Por fim, importará igualmente notar que uma parte significativa da assistência financeira prestada pelo FAM, cerca de 71,7M€, corresponde à substituição de dívida anteriormente concedida diretamente pelo Estado aos municípios, através da DGTF, relativa a anteriores linhas de recuperação financeira municipal (PREDE, PAEL e ATU).

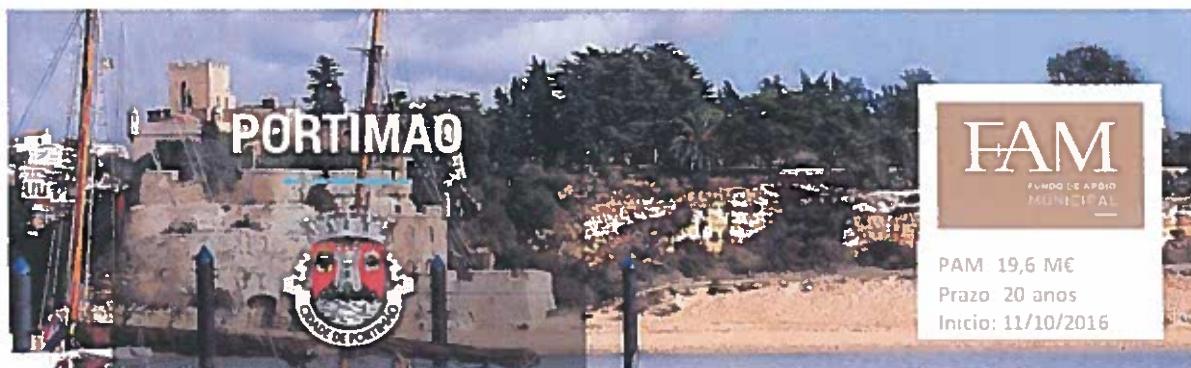
Este aspeto é fundamental para a compreensão dos impactos sentidos ao nível da rendibilidade do FAM por via da redução do seu capital social, aprovada através do OE para 2018, na medida em que tornou imprescindível o recurso a financiamento por parte do Tesouro através da linha de crédito criada para o efeito, quando uma parte significativa dos empréstimos de assistência financeira concedidos pelo FAM, se destinam a amortizar empréstimos contraídos pelos municípios juntamente com a própria DGTF.

A Direção Executiva,


Miguel Almeida
Presidente
Direção Executiva


Carla Ribeiro
Vogal
Direção Executiva^a

ANEXO 1: Fichas de Monitorização dos PAM em vigor



2T 2018

Principais Indicadores Financeiros

	Receita Efetiva
	Despesa Efetiva
	Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
	Receita Corrente
	Receita de Capital
	Receita Própria

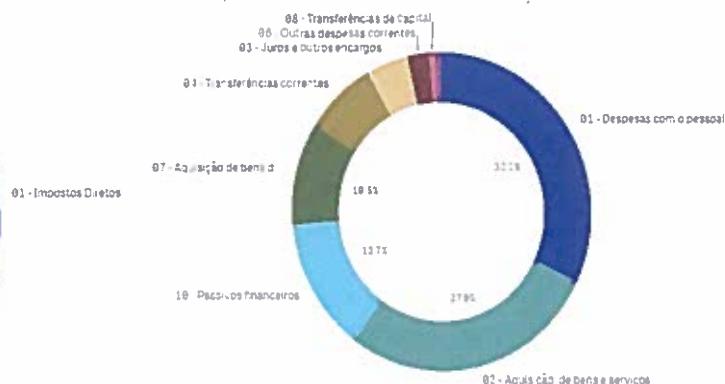
	Dívida Financeira
	Dívida Não Financeira
	Dívida Total Relevanta
	Despesa Corrente
	Despesa de Capital
	Serviço da Dívida

	Saldo Global Efetivo
	Saldo Primário Efetivo
	Despesa de Investimento / Receita Efetiva
	Saldo Total
	Transf. e Subs. / Receita Efetiva
	Taxa de participação fin. comunitário

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa





ZT 2018

Principais Indicadores Financeiros

	Receita Efetiva
	10.262.876 € <small>+5,4% Var. Receita Efetiva</small>
	Despesa Efetiva
	9.807.135 € <small>+7,8% Var. Despesa Efetiva</small>
	Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
	3.980.006 € <small>+47,8% Var. DPSD</small>
	Receita Corrente
	9.926.733 € <small>+17,4% Var. Receita Corrente</small>
	Receita de Capital
	445.410 € <small>+68,1% Var. Receita Capital</small>
	Receita Própria
	8.386.377 € <small>+7,5% Var. Receita Própria</small>

	Dívida Financeira
	64.195.333 €
	Dívida Não Financeira
	11.911.966 €
	Dívida Total Relevante
	77.996.515 €
	Despesa Corrente
	7.350.262 € <small>+17,5% Var. Despesa Corrente</small>
	Despesa de Capital
	3.077.570 € <small>+21,8% Var. Despesa Capital</small>
	Serviço da Dívida
	829.936 € <small>+76,6% Var. Serviço da Dívida</small>
	Saldo Global Efetivo
	455.741 € <small>-188.114 € Var. Saldo Global Efetivo</small>
	Saldo Primário Efetivo
	767.134 € <small>-114.187 € Var. Saldo Primário Efetivo</small>
	Despesa de Investimento / Receita Efetiva
	8,8% <small>+1,1% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva</small>
	Saldo Total
	-55.689 € <small>+1.536.732 € Var. Saldo Total</small>
	Transf. e Subs. / Receita Efetiva
	24,8% <small>+16,3% Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva</small>
	Taxa de participação fin. comunitário
	27,1% <small>+38,2% Var. Taxa Comparticipação</small>

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa





2T 2018

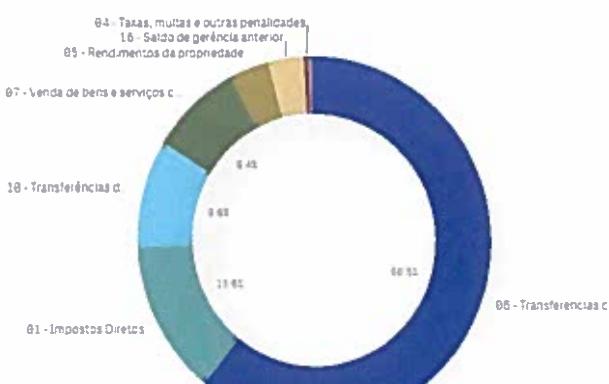
Principais Indicadores Financeiros

 Receita Efetiva	4.665.779 €	<small>+1,2% Var Receita Efetiva</small>
 Despesa Efetiva	3.617.211 €	<small>+18,5% Var Despesa Efetiva</small>
 Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida	2.037.281 €	<small>-18,1% Var DPS</small>
 Receita Corrente	4.198.662 €	<small>+0,0% Var Receita Corrente</small>
 Receita de Capital	467.117 €	<small>+61,6% Var Receita Capital</small>
 Receita Própria	1.272.058 €	<small>+5,9% Var Receita Própria</small>

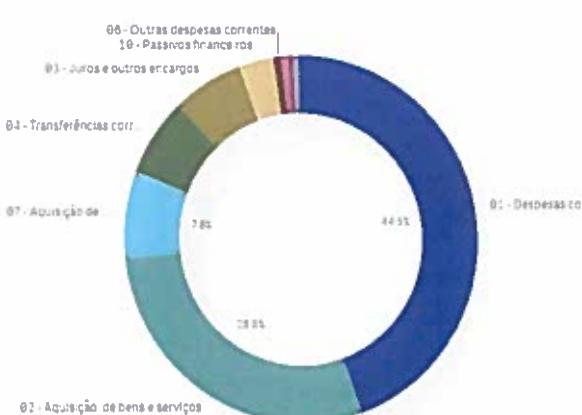
 Dívida Financeira	15.756.318 €	
 Dívida Não Financeira	1.135.212 €	
 Dívida Total Relevante	17.043.833 €	
 Despesa Corrente	3.287.566 €	<small>+43,0% Var Despesa Corrente</small>
 Despesa de Capital	472.441 €	<small>+47,7% Var Despesa Capital</small>
 Serviço da Dívida	363.061 €	<small>+54,7% Var Serviço da Dívida</small>

 Saldo Global Efetivo	1.048.567 €	<small>-966.745 € Var Saldo Global Efetivo</small>
 Saldo Primário Efetivo	1.291.719 €	<small>-976.517 € Var Saldo Primário Efetivo</small>
 Despesa de Investimento / Receita Efetiva	6,3%	<small>+6,8% Var Desp. Invest. / Receita Efetiva</small>
 Saldo Total	905.772 €	<small>+1.347.086 € Var Saldo Total</small>
 Transf. e Subs. / Receita Efetiva	6,0%	<small>+0,9% Var Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva</small>
 Taxa de participação fin. comunitário	60,5%	<small>+60,5% Var Taxa Comparticipação</small>

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa





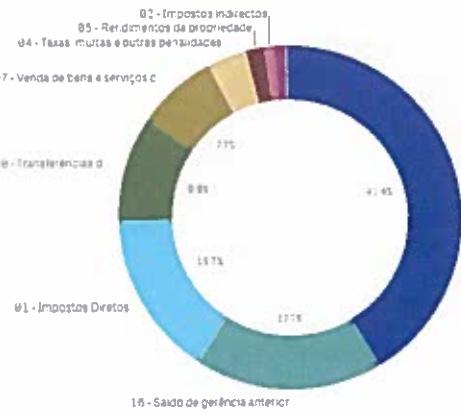
Principais Indicadores Financeiros

2T 2016

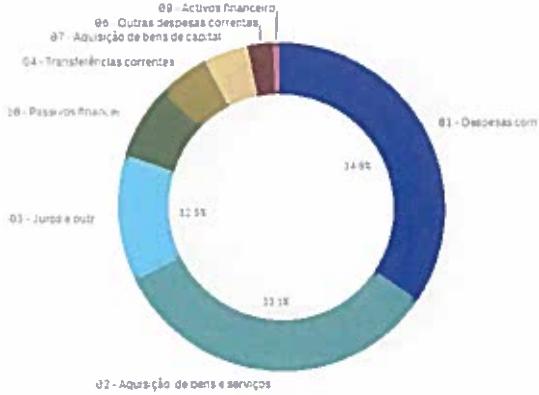
	Receita Efetiva
	3.717.413 € +3,4% Var. Receita Efetiva
	Despesa Efetiva
	2.911.625 € -27,1% Var. Despesa Efetiva
	Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
	1.716.434 € +2,2% Var. Despesas C.P.S.D.
	Receita Corrente
	3.263.813 € +12,5% Var. Receita Corrente
	Receita de Capital
	453.600 € +21,7% Var. Receita Capital
	Receita Própria
	1.405.448 € +7,7% Var. Receita Própria

	Dívida Financeira
	15.477.937 €
	Dívida Não Financeira
	279.332 €
	Dívida Total Relevante
	15.868.800 €
	Despesa Corrente
	2.769.806 € +31,2% Var. Despesa Corrente
	Despesa de Capital
	390.786 € +61,8% Var. Despesa Capital
	Serviço da Dívida
	624.292 € +51,6% Var. Serviço da Dívida
	Saldo Global Efetivo
	805.788 € +177.063 € C Var. Saldo Global Efetivo
	Saldo Primário Efetivo
	1.199.323 € +17.983 € C Var. Saldo Primário Efetivo
	Despesa de Investimento / Receita Efetiva
	3,8% -5,3% Var. Desp. Invest / Receita Efetiva
	Saldo Total
	556.822 € +211.525 € C Var. Saldo Total
	Transf. e Subs. / Receita Efetiva
	4,3% +1,4% Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva
	Taxa de comparticipação fin. comunitário
	187,7% +187,7% Var. Taxa Comparticipação

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa





Principais Indicadores Financeiros

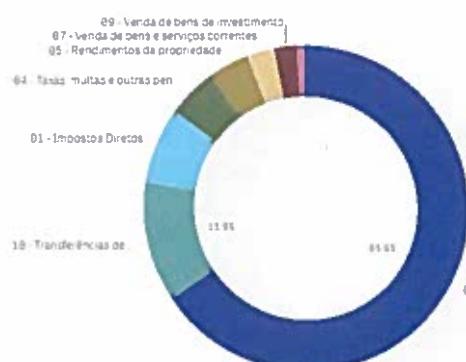
2T 2018

 Receita Efetiva	4.230.748 € <small>+8,8% Var. Receita Efetiva</small>
 Despesa Efetiva	3.913.498 € <small>+4,8% Var. Despesa Efetiva</small>
 Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida	1.923.997 € <small>+0,3% Var. DPSD</small>
 Receita Corrente	3.632.288 € <small>+0,6% Var. Receita Corrente</small>
 Receita de Capital	598.459 € <small>+1,9% Var. Receita Capital</small>
 Receita Própria	949.412 € <small>+14,4% Var. Receita Própria</small>

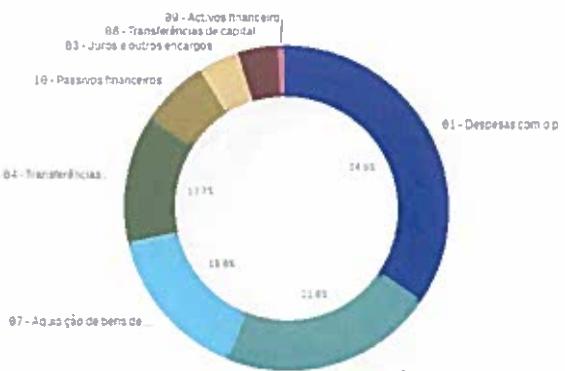
 Dívida Financeira	17.461.228 €
 Dívida Não Financeira	382.385 €
 Dívida Total Relevante	17.923.284 €
 Despesa Corrente	3.086.291 € <small>+1,8% Var. Despesa Corrente</small>
 Despesa de Capital	1.139.645 € <small>+4,0% Var. Despesa Capital</small>
 Serviço da Dívida	466.627 € <small>+78,8% Var. Serviço da Dívida</small>

 Saldo Global Efetivo	317.250 € <small>-146.104 € Var. Saldo Global Efetivo</small>
 Saldo Primário Efetivo	493.440 € <small>+171.588 € Var. Saldo Primário Efetivo</small>
 Despesa de Investimento / Receita Efetiva	15,6% <small>+2,9% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva</small>
 Saldo Total	4.811 € <small>+24.565 € Var. Saldo Total</small>
 Transf. e Subs. / Receita Efetiva	16,6% <small>+3,7% Var. Transf. e Subs. DEL / Receita Efetiva</small>
 Taxa de participação fin. comunitário	0,0% <small>+56,9% Var. Taxa Comparticipação</small>

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa



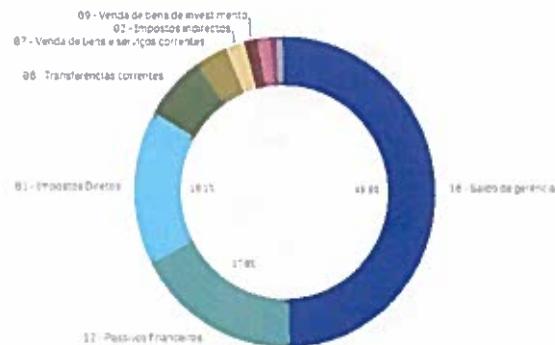


2T 2018

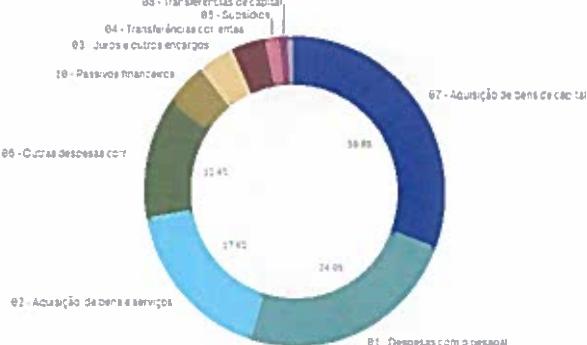
Principais Indicadores Financeiros

Receita Efetiva 24.827.369 € <small>+7,6% Var. Receita Efetiva</small>	Dívida Financeira 88.714.519 €	Saldo Global Efetivo -1.144.863 € <small>-3.388.804 € Var. Saldo Global Efetivo</small>
Despesa Efetiva 25.972.232 € <small>+5,5% Var. Despesa Efetiva</small>	Dívida Não Financeira 14.738.038 €	Saldo Primário Efetivo -66.240 € <small>-3.836.168 € Var. Saldo Primário Efetivo</small>
Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida 8.951.551 € <small>+15,1% Var. DPSD</small>	Dívida Total Relevante 125.573.958 €	Despesa de Investimento / Receita Efetiva 34,0% <small>+7,6% Var. Desp. Invest / Receita Efetiva</small>
Receita Corrente 23.245.283 € <small>+5,5% Var. Receita Corrente</small>	Despesa Corrente 17.245.456 € <small>+14,1% Var. Despesa Corrente</small>	Saldo Total 11.083.872 € <small>-3.463.882 € Var. Saldo Total</small>
Receita de Capital 15.228.103 € <small>+4,6% Var. Receita Capital</small>	Despesa de Capital 10.144.058 € <small>+11,4% Var. Despesa Capital</small>	Transf. e Subs. / Receita Efetiva 6,6% <small>-9,6% Var. Transf e Subs SEL / Receita Efetiva</small>
Receita Própria 19.136.686 € <small>+13,8% Var. Receita Própria</small>	Serviço da Dívida 2.367.564 € <small>+19,0% Var. Serviço da Dívida</small>	Taxa de participação fin. comunitário 3,6% <small>-27,9% Var. Taxa Comparticipação</small>

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa





Principais Indicadores Financeiros

2T 2018

 **Receita Efetiva**
12.056.235 € +0,9% Var Receita Efetiva

 **Despesa Efetiva**
15.216.583 € +16,1% Var Despesa Efetiva

 **Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida**
15.392.436 € +16,0% Var DPSD

 **Receita Corrente**
10.922.736 € +1,3% Var Receita Corrente

 **Receita de Capital**
12.533.800 € +1,7% Var Receita Capital

 **Receita Própria**
5.058.059 € +18,6% Var Receita Própria

 **Dívida Financeira**
41.509.822 €

 **Dívida Não Financeira**
5.029.943 €

 **Dívida Total Relevanta**
50.763.831 €

 **Despesa Corrente**
12.269.606 € +1,6% Var Despesa Corrente

 **Despesa de Capital**
11.434.664 € +18,7% Var Despesa Capital

 **Serviço da Dívida**
11.453.329 € +18,9% Var Serviço da Dívida

 **Saldo Global Efetivo**
-3.160.347 € -2.211.460 € Var Saldo Global Efetivo

 **Saldo Primário Efetivo**
-136.960 € -1.148.149 € Var Saldo Primário Efetivo

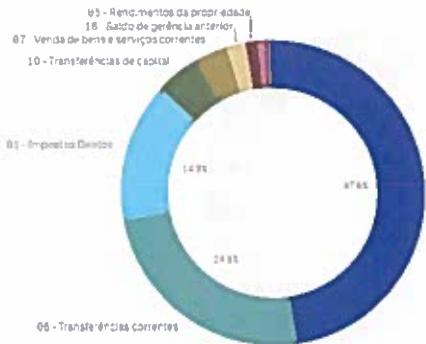
 **Despesa de Investimento / Receita Efetiva**
21,9% +1,3% Var Desp Invest / Receita Efetiva

 **Saldo Total**
-247.734 € -2.954.250 € Var Saldo Total

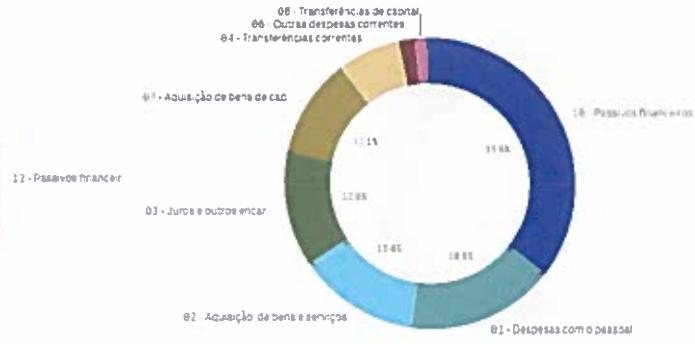
 **Transf. e Subs. / Receita Efetiva**
16,5% +7,9% Var Transf e Subs SET / Receita Efetiva

 **Taxa de participação fin. comunitário**
29,5% +13,5% Var Taxa Comparticipação

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa



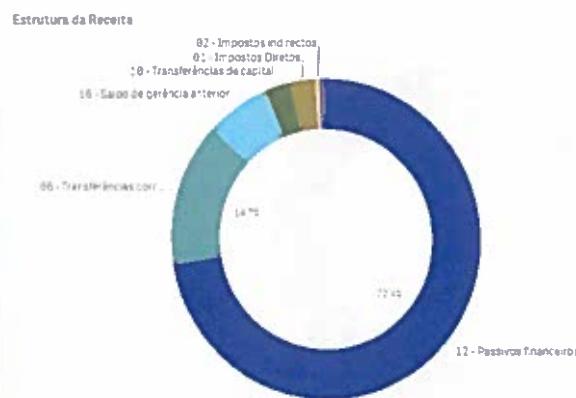


Principais Indicadores
Financeiros

2T 2018

Receita Efetiva	2.901.465 €	31,2% <small>Var. Receita Efetiva</small>
Despesa Efetiva	2.316.387 €	18,9% <small>Var. Despesa Efetiva</small>
Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida	1.314.822 €	19,5% <small>Var. Desp. Pessoal</small>
Receita Corrente	2.536.473 €	25,2% <small>Var. Receita Corrente</small>
Receita de Capital	10.431.383 €	4,5% <small>Var. Receita Capital</small>
Receita Própria	497.565 €	39,4% <small>Var. Receita Própria</small>

Dívida Financeira	21.427.659 €	
Dívida Não Financeira	4.368 €	
Dívida Total Relevante	25.722.542 €	
Despesa Corrente	1.753.971 €	1,1% <small>Var. Despesa Corrente</small>
Despesa de Capital	994.468 €	-30,2% <small>Var. Despesa de Capital</small>
Serviço da Dívida	689.551 €	3,5% <small>Var. Serviço da Dívida</small>



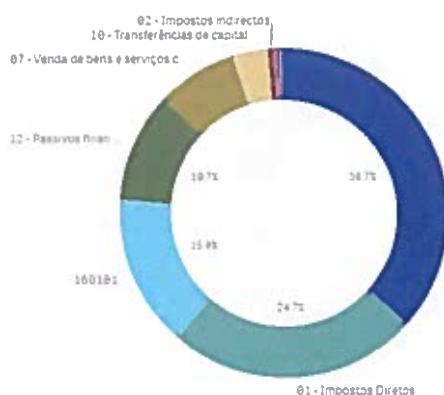


Principais Indicadores Financeiros

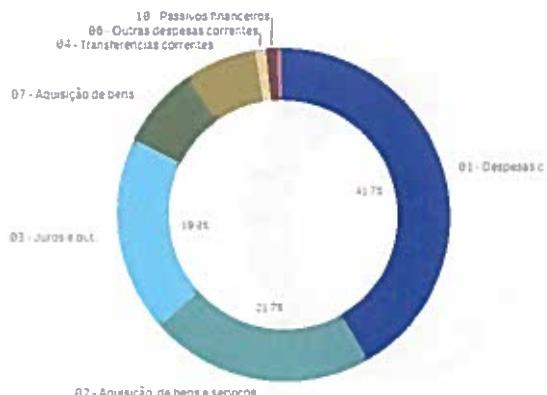
2T 2018

Receita Efetiva	Dívida Financeira	Saldo Global Efetivo
6.522.664 € <small>+11,0% Var. Receita Efetiva</small>	50.456.190 €	-252.704 € <small>+796.262 € Var. Saldo Global Efetivo</small>
Despesa Efetiva	Dívida Não Financeira	Saldo Primário Efetivo
6.775.368 € <small>+19,2% Var. Despesa Efetiva</small>	697.920 €	1.054.946 € <small>+146.324 € Var. Saldo Primário Efetivo</small>
Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida	Dívida Total Relevante	Despesa de Investimento / Receita Efetiva
4.246.191 € <small>+17,0% Var. DPSE</small>	52.247.055 €	8,3% -6,3% <small>+Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva</small>
Receita Corrente	Despesa Corrente	Saldo Total
6.208.994 € <small>+5,1% Var. Receita Corrente</small>	6.232.296 € <small>+14,5% Var. Despesa Corrente</small>	590.215 € <small>+37540 € Var. Saldo Total</small>
Receita de Capital	Despesa de Capital	Transf. e Subs. / Receita Efetiva
1.257.488 € <small>+48,3% Var. Receita Capital</small>	643.972 € <small>+46,3% Var. Despesa Capital</small>	7,5% -3,1% <small>+Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva</small>
Raceta Própria	Serviço da Dívida	Taxa de comparticipação fin. comunitário
2.990.360 € <small>+16,9% Var. Raceta Própria</small>	1.377.045 € <small>+24,6% Var. Serviço da Dívida</small>	21,1% -13,6% <small>+Var. Taxa Comparticipação</small>

Estrutura da Receita



Estrutura da Despesa

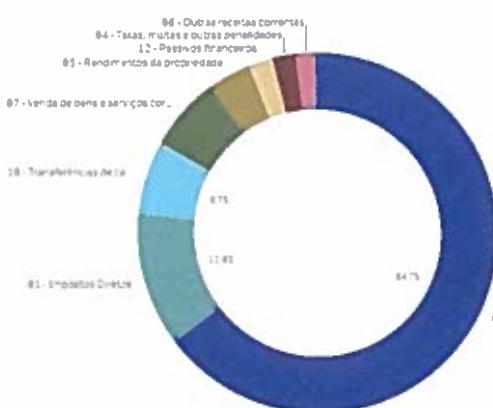




Principais Indicadores Financeiros

Receita Efetiva	2.967.461 €	<small>+0,5% Var. Receita Efetiva</small>
Despesa Efetiva	2.378.041 €	<small>+6,7% Var. Despesa Efetiva</small>
Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida	1.453.815 €	<small>+23,1% Var. DPSE</small>
Receita Corrente	2.761.779 €	<small>+1,5% Var. Receita Corrente</small>
Receita de Capital	273.824 €	<small>+14,1% Var. Receita Capital</small>

Estrutura da Receita



Dívida Financeira	26.941.107 €	
Dívida Não Financeira	13.600 €	
Dívida Total Relevante	26.967.606 €	
Despesa Corrente	2.093.134 €	<small>+1,1% Var. Despesa Corrente</small>
Despesa de Capital	622.871 €	<small>+14,5% Var. Despesa Capital</small>

Estrutura da Despesa

